



**Gestão Solidária
e Governo Competente**

Uma administração pública competente e desburocratizada é o objetivo da estratégia Gestão Solidária e Governo Competente. Esse componente condiciona a execução das demais estratégias, já que consubstancia a capacidade de gerir os Programas de Governo de forma eficiente e articulada.

O Governo competente que a Bahia pretende consolidar nos próximos quatro anos, dentro dessa concepção, terá como marca uma atuação pró-ativa e modernizante, através de uma estrutura administrativa ágil, enxuta e flexível, capaz de executar as ações de forma eficiente, avaliá-las continuamente e redirecioná-las sempre que necessário.

Outro desafio que se coloca para a gestão é evoluir para um conceito de regionalização adequado ao contexto de globalização, já que os contornos regionais deixaram de ser rigorosos, obedecendo muito mais à intensidade de fluxos do que propriamente a uma definição precisa de fronteiras. Assim, em substituição ao atual formato estanque, será desenhado um modelo de regionalização maleável, capaz inclusive de adequar-se aos Eixos de Desenvolvimento, assim como às distintas funções exercidas pelas Secretarias.

Como princípios básicos, a gestão solidária e competente demandará flexibilidade, para oferecer respostas ágeis às mudanças do ambiente macroeconômico e institucional; transparência, para dotar de maior visibilidade as ações e os resultados; responsabilidade, ou compromisso com a sociedade e com os objetivos governamentais; participação, visando assegurar a interferência da sociedade nas diversas fases da construção de políticas e programas públicos, além da descentralização e integração entre as unidades e com as instâncias regionais e municipais.

A estratégia prevê quatro linhas de intervenção: Gestão Compartilhada, Qualidade na Prestação dos Serviços Públicos, Qualificação e Valorização do Servidor, Produção de Informação e Conhecimento, Planejamento e Articulação do Desenvolvimento, operacionalizadas por dez Programas, e sua sustentabilidade se dará com um aporte de recursos da ordem de R\$ 973,2 milhões de recursos orçamentários, correspondente a 7% dos recursos orçamentários previstos para o período 2004-2007.

Gestão Compartilhada – O compartilhamento de decisões e a avaliação coletiva das ações passa a se incorporar, de forma irreversível, à gestão pública na Bahia, tanto no âmbito interno da sua estrutura, quanto externamente, na interlocução com a sociedade. O desafio que se apresenta como oportunidade singular de evolução gerencial consistirá em aglutinar interesses de segmentos sociais e setores distintos, em torno de objetivos comuns.

A gestão compartilhada demandará, em muitos casos, a criação de instrumentos e institucionalidades adequadas, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, recentemente instituído e, na esfera regional, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Vislumbra-se, no próximo quadriênio, o fortalecimento das parcerias com o Governo Federal, Governos estaduais, municípios e empresas, além das organizações não-governamentais, estas contempladas com o Programa de Incentivo às Organizações Sociais.

Essa linha de intervenção, com recursos no total de R\$ 274,1 milhões, abriga três Programas.

A descentralização das atividades do Governo, enfatizadas no Programa Modelos de Gestão Pública incluirá o fortalecimento da capacidade local de gerenciamento e operação e o estímulo



às ações municipais consorciadas. Experiências desenvolvidas em diversas partes do mundo atestam que a participação municipal confere maior agilidade às ações, reduz os custos de implementação de programas e imprime às demandas locais o foco estratégico das ações.

O novo modelo de gestão pública, descentralizado e sintonizado com as demandas locais, deverá ensejar ações participativas nos municípios, com ênfase nas áreas de educação, assistência social, desenvolvimento urbano, meio ambiente, saneamento e abastecimento de água. Para tanto, cabe ao Governo fortalecer o desenvolvimento da gestão municipal, visando dotar o município das condições gerenciais necessárias e adequadas.

Para esse Programa, o Governo da Bahia destinou R\$ 189,1 milhões, a serem aplicados em ações diversas, a exemplo da elaboração de planos diretores, cadastros técnicos de subsídio ao setor tributário, capacitação de mão-de-obra, além de outros estudos, pesquisas e projetos que venham a fortalecer a gestão municipal.

Qualidade na Prestação dos Serviços Públicos – A qualidade dos serviços públicos tem papel relevante na estratégia de desenvolvimento traçada para o Estado. O propósito de qualificar os serviços guardará estreita relação com o conceito de cidadania que permeia todas as ações previstas no PPA e determinará, em última análise, o alcance do projeto que se pretende consolidar na Bahia até 2007. Para essa linha de intervenção, o Governo reservou R\$ 520,5 milhões dos recursos orçamentários destinados aos Programas: Atendimento ao Cidadão, Regulação de Serviços Públicos, Modernização e Ampliação dos Serviços Públicos, e Advocacia do Estado.

A linha de intervenção dispõe de R\$ 334,6 milhões para a modernização e ampliação dos serviços públicos, através do "Governo Eletrônico", em vinculação direta com o ProBahia Digital, o ComprasNet, a implantação do Data Center do Estado, dentre outros investimentos necessários.

Adotando o SAC como referência de qualidade, as ações do Programa Atendimento ao Cidadão deverão ter as marcas da eficiência, agilidade e confiabilidade. As tecnologias de informação e comunicação digital terão largo emprego nesse processo, de forma a desburocratizar processos e assegurar a transparência e o controle social dos atos públicos, consubstanciando, assim, um modelo de excelência para o desenvolvimento do cidadão.

Esse Programa viabilizará, nos próximos quatro anos, a reestruturação das 25 unidades do SAC, para incorporação das mais modernas tecnologias de comunicação e informação e promoverá a difusão da Tecnologia SAC junto às prefeituras municipais; a implantação da Sala do Cidadão em todas as unidades, objetivando a inclusão digital da população mais carente e a construção de mais três postos SAC nos municípios de Senhor do Bonfim, Xique-Xique e Bom Jesus da Lapa.

Um destaque do Programa será o SAC Empresarial, destinado a disponibilizar para empresários o pronto atendimento nos diversos serviços necessários à operação de seus negócios. Esse Programa disporá, no quadriênio, de R\$ 149,6 milhões, correspondentes a 15,4% da estratégia quanto aos recursos orçamentários.

Qualificação e Valorização do Servidor – Como figura chave do processo de modernização gerencial, o servidor terá o seu perfil ajustado aos atributos de profissionalismo, motivação e comprometimento com as diretrizes prioritárias definidas no Plano Estratégico.

A execução dessa linha de intervenção irá dispor de recursos no valor de R\$ 56,4 milhões, sendo 96,6 % originários do orçamento do Estado.

Um conjunto de ações foi estruturado pelo Programa Formação, Profissionalização e Atendimento ao Servidor, especificamente para os servidores estaduais. Compreendem, principalmente, a atualização de conhecimentos e capacidades técnicas e gerenciais, os incentivos às titulações e especializações e a estruturação de carreiras profissionais.

A implementação da Universidade Corporativa será, nesse âmbito, uma das ações de maior relevância. O objetivo é conceber e desenvolver modelos de aprendizagem organizacional fundamentados na gestão do conhecimento e no uso adequado de tecnologias de informação e comunicação. As ações contemplarão os servidores dos níveis estratégico, técnico e interpessoal, tendo como focos o profissionalismo, o crescimento, a motivação e o comprometimento com a qualidade dos serviços prestados a uma sociedade cada vez mais exigente.

No plano do atendimento, visando a melhoria de qualidade de vida, incluem-se aspectos como alimentação, moradia, descontos no comércio varejista, oferta de serviços de saúde, assistência social e orientações sobre direito, ao lado da revisão do modelo gerencial do Planserv, implementação do novo modelo previdenciário e do projeto Habitação para o Servidor, que objetiva assegurar ao servidor público melhores condições de habitabilidade, através do acesso à casa própria.

Produção de Informação e Conhecimento – O Governo reconhece na produção de informação e conhecimento uma base fundamental para dar consistência à formulação de políticas públicas e privadas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico da Bahia. Como decorrência, essa linha

de intervenção se pautará, na definição de suas prioridades, pela articulação com os objetivos estratégicos do Estado.

Na sua estrutura, o Governo conta com organismos que respondem especificamente pela produção de informações e pela geração, disseminação e aplicação de conhecimentos técnicos e científicos. São destaque, nessa área, os órgãos de estudos e informações estatísticas que dão suporte à atividade de planejamento estadual e às quatro universidades estaduais, distribuídas por diversos municípios. O fortalecimento desse aparato será de suma importância para o desempenho no período 2004-2007.

A essa linha de intervenção foram destinados recursos no valor de R\$103,7 milhões, provenientes, na sua totalidade, do orçamento estadual.

As ações de coleta, tratamento e divulgação de informações de natureza social, econômica, geográfica e estatística, abrangidas pelo Programa Produzindo Conhecimento, abrangerão um repertório temático variado, que inclui o geoprocessamento de informações socioeconômicas, a base de informações sobre a pobreza e desigualdade social, o anuário estatístico, pesquisas de emprego e desemprego, análise da situação de saúde, análise conjuntural, orçamentos e informações geográficas e urbanas, entre outras.

Planejamento e Articulação do Desenvolvimento – O planejamento estratégico do Estado passa a incorporar, entre seus requisitos essenciais, a promoção da articulação territorial, com vistas a fomentar o desenvolvimento regional. Trata-se de imprimir às diretrizes oficiais uma atenção permanente à distribuição equilibrada dos investimentos públicos e privados, assim como do fluxo de pessoas e mercadorias, de forma a potencializar o crescimento.



Esta Linha de Intervenção contará, para a sua viabilização, com recursos orçamentários da ordem de R\$ 20,4 milhões implementando um único Programa.

O elenco de ações a ser implementado pelo Programa Desenvolvimento Regional, nos próximos quatro anos, para dinamizar e articular as potencialidades do Estado, utilizará como parâmetros a definição dos melhores caminhos de circulação e melhores pontos de articulação física e concentração socioeconômica entre os extremos territoriais representados pelo Vale do São Francisco e Litoral.

Esse esforço abrangerá a articulação de Eixos de Desenvolvimento, com mapeamento dos gargalos de infra-estrutura que atuam como dificultadores da integração regional; as 30 Cidades Estratégicas darão suporte ao processo de desenvolvimento regional, e ainda a identificação dos tipos, porte e localização dos equipamentos capazes de estruturar vínculos entre os distintos territórios, e destes com outras regiões do país e do mundo.

Para viabilizar esse Programa, serão elaborados 82 estudos e projetos visando a diversificação produtiva e sustentabilidade econômica, prioritariamente no Semi-árido e a promoção da articulação institucional voltada para o desenvolvimento das áreas de maior dinamismo no Estado,

reduzindo os impactos causados pelas migrações do campo e das cidades periféricas com a adequação do uso dos recursos naturais e humanos.

Será dada atenção aos municípios com os mais baixos índices socioeconômicos, através de apoio técnico-financeiro a entidade não-governamental e elaboração de projetos produtivos que visem a geração de emprego, trabalho e renda, garantindo a sustentabilidade dessas localidades.

A estratégia de distribuição espacial priorizou os eixos dos extremos territoriais, localizados ao longo do rio São Francisco e no Litoral, na perspectiva de que essas áreas dinâmicas venham a irradiar investimentos para o Semi-árido, inserindo, assim, as áreas de menor dinamismo da região central nos fluxos de capitais e mercadorias, com impacto positivo na redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

Merecerá atenção especial a articulação para o desenvolvimento do Semi-árido e para o fomento ao Vale do São Francisco e o plano de revitalização do rio São Francisco; o apoio ao desenvolvimento de cidades estratégicas e, ainda, o desenvolvimento do território produtivo sustentável, através da elaboração de projetos produtivos.